



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA SÂMIA BOMFIM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REQUERIMENTO nº , DE 2023

(Da Deputada Sâmia Bomfim e do Deputado Glauber Braga)

Requer a realização de audiência pública para que seja ouvido o Sr. Rodrigo Tacla Duran acerca de suas acusações de condução criminosa da denominada “Operação Lava-Jato”.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24, inciso III, combinado com o artigo 255, ambos do RICD, requeiro a Vossa Excelênci a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para que seja debatido os excessos e desvios cometidos durante a denominada “Operação Lava-Jato”, sendo necessário, para este fim, que seja convidado o **Sr. Rodrigo Tacla Duran**.

JUSTIFICAÇÃO

Em depoimento prestado à 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba no último dia 27 de março, o advogado Rodrigo Tacla Duran alegou que foi vítima de uma tentativa de extorsão praticada pelo então juiz federal e hoje senador Sérgio Moro e pelo então procurador da República e hoje deputado federal Deltan Dallagnol, a fim de evitar a decretação de sua prisão.

De acordo com as informações obtidas pela imprensa nacional¹, Tacla Duran, que foi advogado da empresa Odebrecht, teria sido procurado pelo advogado Carlos Zucolotto Júnior, então sócio de Rosângela Moro, e que teria oferecido um acordo com a minuta de uma colaboração premiada que já contaria com a anuência de “DD”, em referência ao ex-procurador Deltan

¹ <https://www.conjur.com.br/2023-mar-27/tacla-duran-sofreu-tentativa-extorsao-moro-dallagnol>



* c d 2 3 9 7 2 2 5 2 1 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA SÂMIA BOMFIM

Dallagnol. Em troca do acordo, Tacla Duran deveria efetuar o pagamento de US\$ 5 milhões.

Ainda de acordo com o narrado por Tacla Duran, no dia seguinte ao recebimento de tal proposta espúria, o seu advogado teria recebido uma versão impressa da referida minuta, com o timbre do Ministério Público Federal.

Tacla Duran chegou a efetuar, em 14 de julho de 2016, uma transferência de US\$ 613 mil, porém não conseguiu pagar o valor exigido anteriormente pelo sócio da advogada Rosângela Moro, motivo pelo qual, supostamente, teve sua prisão preventiva decretada pelo ex-juiz Sérgio Moro.

Diante dessas acusações, o Juiz Federal Eduardo Fernando Appio determinou a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal, posto que os investigados detêm foro por prerrogativa de função.

É absolutamente inegável que a malfadada Operação Lava-Jato foi instrumentalizada com fins de atacar agentes políticos e econômicos muito bem definidos pelo ex-juiz Sérgio Moro e pelo ex-procurador Deltan Dellagnol, tendo como objetos principais a prisão e o impedimento de participar das eleições do candidato favorito ao pleito presidencial, culminando, consequentemente, na eleição daquele que ocupava o segundo lugar nas pesquisas eleitorais. Importante lembrar que, uma vez empossado, aquele que se tornou presidente não tentou esconder sua gratidão e nomeou Sérgio Moro como Ministro da Justiça e da Segurança Pública, além de ter acenado, de forma explícita, a uma possível indicação do ex-juiz ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A utilização política do sistema judicial rendeu a Sérgio Moro sua eleição como senador da República, bem como a de sua esposa ao cargo de deputada federal, mesmo cargo que Deltan Dellagnol ocupa nos dias de hoje.

Além deste desvirtuamento dos objetivos das investigações, as denúncias recentemente veiculadas criam a suspeita de que Moro e Dellagnol também se utilizaram da estrutura da Operação Lava-Jato para a prática de extorsão, motivo pelo qual mostra-se premente e necessária a aprovação do presente requerimento.

Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso Nacional, Anexo IV, Gabinete 642 – Brasília/DF
dep.samiabomfim@camara.leg.br |(61) 3215-5642

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239722521900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA SÂMIA BOMFIM

De acordo com o que preceitua o artigo 32, III, alínea “d”, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania tratar de *assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções essenciais da Justiça*, motivo pela qual é de rigor o convite do Sr. Rodrigo Tacla Duran para debater acerca das ilegalidades práticas pelo ex-juiz e sua esposa, bem como pelo ex-procurador na condução da Operação Lava-Jato.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2023.

Deputada **SÂMIA BOMFIM**
PSOL/SP

Deputado **GLAUBER BRAGA**
Deputada Federal
PSOL/RJ



Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso Nacional, Anexo IV, Gabinete 642 – Brasília/DF
dep.samiabomfim@camara.leg.br | (61) 3215-5642



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239722521900>



Requerimento (Da Sra. Sâmia Bomfim)

Requer a realização de audiência pública para que seja ouvido o Sr. Rodrigo Tacla Duran acerca de suas acusações de condução criminosa da denominada “Operação Lava-Jato”.

Assinaram eletronicamente o documento CD239722521900, nesta ordem:

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE

